

A Cobertura de Protestos Urbanos no *JPB 1ª Edição*: o caráter contextual dos critérios de noticiabilidade na construção de enquadramentos jornalísticos¹

Rostand de Albuquerque Melo²

Derval Gomes Golzio³

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Resumo

A partir da análise dos bastidores da cobertura jornalística sobre protestos urbanos, realizada pelo telejornal *JPB 1ª Edição*, este artigo discute o caráter contextual e relativo da aplicação dos critérios de noticiabilidade no processo de produção de notícias. Com dados coletados por meio da observação participante realizada nas redações das emissoras afiliadas à Rede Globo na Paraíba, são apresentados os casos de sete manifestações promovidas por diferentes grupos sociais nas cidades de João Pessoa e Campina Grande em 2009. A descrição analítica da relação entre os jornalistas e suas fontes e das discussões internas entre repórteres, produtores e editores sobre a construção da abordagem de cada matéria, demonstra como os critérios de noticiabilidade são aplicados a partir da negociação constante entre os sujeitos que integram ou mantêm ligações com o campo jornalístico.

Palavras-chave: Telejornalismo; Protestos Urbanos; *Newsmaking*; Mídia e Cotidiano; Observação Participante.

Introdução

O espaço de visibilidade pública conferido pelas mídias, em seus diversos formatos e suportes, tem sido cada vez mais disputado enquanto vetor de mobilização política e social. Tal processo se acentua quando se trata do telejornalismo, devido principalmente a força da imagem, a ampla abrangência e a imediatividade de suas transmissões. Este concorrido espaço no noticiário televisivo é ocupado prioritariamente pelos temas e fatos que correspondam diretamente ao sistema de relevâncias (VIZEU, 2005) adotado pelos profissionais de imprensa para definir o que pode ou não ser considerado enquanto notícia, ou seja, pela relevância do fato em si ou pela capacidade de atender às exigências de ‘espetacularização’ características da linguagem televisual.

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista graduado pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG) e bolsista CNPq. E-mail: rostandmelo@gmail.com

³ Orientador da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB), na linha de pesquisa em Mídia e Cotidiano. Professor do PPGC/UFPB e do Departamento de Mídias Digitais da Universidade Federal da Paraíba (Demid/UFPB). E-mail: dervalggolzio@gmail.com

Dito de outro modo, os fatos sociais precisam passar pelas engrenagens do sistema de mídias e se enquadrar nas regras do campo jornalístico para obter visibilidade social e ampliar sua possibilidade de promover certo tipo de mobilização.

Partindo desse pressuposto, torna-se possível levantar a seguinte questão: quais grupos sociais tem acesso a este espaço de visibilidade no campo jornalístico? E, indo mais além, quais as estratégias adotadas para chamar a atenção dos jornalistas e garantir o acesso a um lugar de visibilidade pública? Neste sentido, o objetivo deste artigo é problematizar a cobertura jornalística de protestos urbanos quando usados como ferramenta para chamar a atenção da mídia para problemas ou reivindicações de grupos sociais específicos, colocando tais temas em pauta a partir da visibilidade atribuída pela veiculação de reportagens televisivas sobre estas manifestações.

Para tanto, serão apresentados a seguir relatos referentes aos bastidores da cobertura realizada pelo telejornal *JPB 1ª Edição*, produzido pelas afiliadas à Rede Globo na Paraíba⁴, sobre sete casos de protestos ocorridos nas cidades de João Pessoa e Campina Grande em 2009, durante a pesquisa realizada entre os meses de março e abril. Os dados foram obtidos por meio da realização de uma pesquisa de campo nas redações das TV Cabo Branco (João Pessoa) e TV Paraíba (Campina Grande), com a adoção dos pressupostos metodológicos da observação participante, que permitiu o acompanhamento das rotinas produtivas do *JPB 1ª Edição* pelo período de um mês⁵. Os relatos se referem às manifestações promovidas por entidades mais estruturadas, como Organizações Não Governamentais (ONG's) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), ou por grupos sem estruturação definida de atuação política, como estudantes, moradores de bairros prejudicados por falta de infraestrutura ou até mesmo cidadãos despejados de uma área considerada de uso público, ocupada após uma invasão para construção de moradias provisórias.

Para discutir o tipo de relação estabelecida entre fontes e jornalistas em casos deste tipo e compreender quais os critérios e valores seguidos pelos profissionais de imprensa para determinar o tipo de abordagem que será adotado para noticiar estes protestos, este artigo se propõe a mostrar o caminho da informação no interior das engrenagens de uma redação de TV

⁴ O telejornal *JPB 1ª Edição* é produzido em conjunto por duas emissoras, a TV Cabo Branco em João Pessoa, capital do estado, e a TV Paraíba, em Campina Grande, ambas pertencentes à Rede Paraíba de Comunicação e afiliadas à Rede Globo. No período da pesquisa, o telejornal adotava um formato onde o primeiro bloco era estadual, ou seja, transmitido em rede pelos duas emissoras. A partir do segundo bloco, a rede era dividida entre as duas emissoras e eram exibidas versões distintas do *JPB 1ª Edição*, uma direcionada à capital do estado e região do litoral e outra destinada ao público das regiões do agreste ao sertão da Paraíba.

⁵ Pesquisa realizada de 9 de março a 4 de abril de 2009. Os dados completos da pesquisa estão disponíveis na dissertação de mestrado intitulada “Telejornalismo e Cotidiano: A construção de enquadramentos sobre a vida urbana no *JPB 1ª Edição*” (MELO, 2010).

até ser exibida enquanto notícia. Os relatos extraídos do diário de campo mostram as diferentes reações dos jornalistas com a chegada das primeiras informações sobre os casos de protestos, bem como o processo de apuração.

Evidencia-se ainda a discussão interna entre as equipes de produção e edição para decidir se o fato em questão deveria ou não ser divulgado no telejornal. A divergência entre os profissionais de imprensa em meio às rotinas produtivas evidencia o caráter contextual da aplicação dos critérios de noticiabilidade. Assim como propõe Travancas (2005), os nomes dos jornalistas citados nos relatos não serão divulgados, sendo substituídos pela função exercida na redação. O objetivo é garantir assim a preservação da identidade da fonte, evitando-se a quebra da confiança estabelecida durante a pesquisa de campo.

Os definidores primários e a busca por visibilidade das fontes 'não privilegiadas'

Muito já tem sido discutido sobre a atuação dos definidores primários (NEVEU, 2006), ou seja, das “fontes profissionais” que fornecem cotidianamente material informativo para as redações, atuando de forma estratégica na tentativa de obter espaços de visibilidade midiática. Por conhecerem as rotinas produtivas e os critérios de noticiabilidade adotados pelos jornalistas, essas fontes se profissionalizam na função de alimentar os órgãos informativos com aquilo que eles mais almejam encontrar, seja oferecendo imagens espetaculares, organizando manifestações de grande dimensão pública ou apresentando denúncias e dossiês sobre casos polêmicos. Os órgãos oficiais da estrutura estatal e as assessorias de imprensa são os exemplos mais proeminentes dos modos de atuação dos definidores primários.

Mas, quando falamos em campo jornalístico estamos tratando de uma noção difícil de ser delimitada. Quais os sujeitos que compõe esse campo de forças? Ao partir do pressuposto de que o público e as fontes também participam dessa arena de relações e conflitos, perceberemos que sua abrangência é mais ampla e vai além das divisórias e células de trabalho nas redações. A influência é mútua e a autonomia dos jornalistas é relativa. O domínio das regras deste campo não é um monopólio apenas dos reporteres, editores e produtores, mas também é conhecido e operacionalizado pelos diversos tipos de fontes, principalmente no que se refere às “fontes profissionais” ou “definidores primários”.

Com o “contato” frequente, seja como espectador ou fonte de informação, sujeitos de outros de campos sociais também conseguem apreender a lógica própria do jornalismo e entender as regras do jogo. A ênfase na ruptura da ordem cotidiana, adotada costumeiramente

como um dos principais critérios de definição do que é ou não notícia, também é percebida e até usada pelo senso comum, mesmo que de forma não sistematizada.

Dessa forma, não são apenas os “definidores primários” que detêm o poder de interferir na profissão jornalística, apesar de concentrarem o acesso aos instrumentos técnico-profissionais de acesso às mídias, usado por assessorias de imprensa e organizações governamentais ou ONGs para estabelecer relações constantes com a instância de emissão midiática. O que ocorre é que os sujeitos que não possuem acesso aos “meios de produção da informação” por vezes sentem a necessidade de também obter visibilidade e muitas vezes optam pela estratégia de provocar situações de distúrbios ou atos de ruptura no meio social. Busca-se atrair os jornalistas oferecendo justamente o que eles procuram. E os impactos desse “pacto velado” devem ser discutidos e avaliados pelos dois polos envolvidos na “produção do acontecimento”. Os jornalistas percebem o processo e refletem sobre ele durante o cotidiano do trabalho na redação. É o que poderemos perceber com os relatos da pesquisa de campo.

Diário de Campo: os protestos urbanos sob a ótica do campo jornalísticos

Durante o período de apenas um mês de pesquisa de campo, foram registradas várias ocorrências de protestos urbanos, tanto em João Pessoa quanto em Campina Grande. A chegada desse tipo de informação às redações provoca reações distintas em alguns jornalistas, dependendo-se do contexto, das experiências e da forma como cada profissional percebia a própria função do jornalismo. Enquanto alguns viam os protestos com desconfiança, outros, principalmente os “focas”⁶, recebiam essas informações com entusiasmo e excitação.

O primeiro dia de observação participante já seria significativo para o entendimento desta relação conflituosa. A produção recebe a informação de que estaria ocorrendo um problema de trânsito nas proximidades da rodoviária de João Pessoa, onde um protesto de motoristas de ônibus estaria interrompendo o fluxo. O presidente do sindicato da categoria ligou para a redação e foi atendido por um dos estagiários, que está há pouco tempo na redação. Ao ouvir a “notícia” de que estaria havendo um protesto, o jornalista novato não questiona a fonte e desliga rapidamente a ligação sem coletar informações mais detalhadas. Já exaltado pela sensação de urgência provocada pelos fatos repentinos, o novato na redação passa a história para a coordenadora de produção que pede mais informações para poder decidir se encaminha uma equipe de reportagem ao local ou não.

⁶ Termo que usado, no jargão do jornalismo, para designar os novatos na profissão. No caso específico desta pesquisa, os “focas” são representados pelos estagiários da produção nas redações das TV's Cabo Branco e Paraíba.

A informação passada pelo sindicato foi de que os manifestantes não estavam permitindo que os ônibus da linha para Santa Rita, cidade da região metropolitana de João Pessoa, passassem próximo ao Terminal de Integração, ponto de convergência para praticamente todas as linhas de ônibus urbanos da cidade. A coordenação de produção quer saber a localização exata do protesto e a dimensão dos transtornos causados para saber se rende produzir VT ou não. Como era no terminal de integração, a produção especula que tal paralisação deveria estar causando grandes dificuldades aos usuários de transportes coletivos, pois se trata de um lugar de grande movimentação e que concentra as linhas que vão do centro para todas as regiões da cidade. Provavelmente um congestionamento de ônibus provocaria transtornos não só para os usuários, como também impediria o fluxo de outros tipos de automóveis. A expectativa era que um fato dessas proporções renderia “boas imagens e sonoras”.

Diante disso, a coordenação de produção decide mandar uma equipe de reportagem diretamente para o local do suposto protesto, mesmo sem ter nenhuma confirmação oficial sobre o que estava acontecendo. O objetivo era não perder o transcorrer dos fatos. A coordenação de produção ordena, “manda a repórter pra lá e a gente vai checando daqui”. Para isso vai ser necessário derrubar um dos VT’s que estão sendo produzidos e essa decisão é negociada com o editor-chefe do telejornal. A coordenadora de produção pergunta: “Derruba emprego?” e, imediatamente, a editora responde “Derruba não, adia!”. Trata-se da reportagem para o quadro “*Emprego à Vista*” que é exibido as segundas no *JPB-1*. Entretanto esse VT de hoje era pra “gaveta”, ou seja, para não era para ser usado no mesmo dia e sim ser reservado para exibição em outra data, provavelmente na próxima semana ou até mesmo depois. São VT’s atemporais que tratam de temas ou problemas comuns. Decisão tomada, o VT da gaveta do quadro de emprego é derrubado e a equipe é deslocada para o problema dos ônibus.

O estagiário que não pegou todas as informações necessárias no primeiro telefonema fica encarregado de apurar o caso. Entretanto todas as fontes vinculadas ao sindicato estão com os telefones desligados. Logo após informarem a imprensa sobre o “suposto” tumulto, as fontes de informação fecharam as vias de contato. Em seguida, a repórter chega ao local aproximado onde estaria acontecendo o suposto protesto e liga pra redação informando que não achou nada. A coordenação de produção pede pra que a equipe de reportagem continue procurando, enquanto a produção tenta checar mais informações. Os telefones dos representantes do sindicato continuam desligados e a repórter volta a afirmar que não tem nada de diferente acontecendo por lá, está tudo normal e o fluxo do trânsito está sem

alterações. Sem mudanças, sem notícia. Diante disso a coordenação de produção pede para a repórter sair de lá e voltar a produzir o VT do quadro de emprego.

A coordenadora de pauta aproveita o caso para explicar ao pesquisador que o “factual derruba”, ou seja, tem força pra modificar a capa de pauta⁷ e forçar a produção a readequar equipes e horários de acordo com a urgência dos factuais, como casos policiais, acidentes, protestos ou outros fatos que não possam ser previstos. A pauta do dia estava voltando à previsão inicial, mas a tranquilidade na redação não permaneceria por muito tempo.

Protesto do MST e critérios divergentes: protetividade X abrangência

Por volta das 10h15, outra informação “factual” chega à redação para mais uma vez modificar a previsão de pauta. Um funcionário da Polícia Militar liga para a redação e é atendido pela coordenadora de produção. A fonte já é conhecida e sempre colabora com a produção, ligando para passar informações. Posteriormente, a jornalista comenta que de fato é preciso criar um vínculo com as fontes para manter uma relação de colaboração constante.

A ligação era sobre uma manifestação popular que estaria acontecendo diante da Assembleia Legislativa da Paraíba, no centro de João Pessoa. Mais experiente, a coordenadora recebe a informação, recolhe os dados, mas não confirma se a equipe de reportagem da TV vai fazer a cobertura do acontecimento e diz: “Tô sabendo, mas vou ver se encaixo na previsão”, afirma a jornalista informando que já tinha a informação do protesto. A atitude dela demonstra que se estabelece entre fontes e jornalistas uma relação de negociação. Um dos produtores comemora a informação do protesto exclamando “bom demais”. Mas a coordenadora de produção decide não pautar o protesto nesse primeiro instante e explica que mesmo ainda não estando na previsão de pauta, a produção costuma realizar um acompanhamento constante desse tipo de caso. Dito de outra forma, as informações continuam a ser apuradas, pois um fato novo pode mudar a amplitude do fato e “forçar” a cobertura do evento.

É interessante observar como alguns critérios de noticiabilidade são relativos. Uma das jornalistas mais experientes da redação comenta com os estagiários que esse tipo de caso deve ser tratado com cuidado e sem afobação. De acordo com o conselho da editora, o ideal seria esperar o desenrolar da história para evitar uso político do trabalho jornalístico e assim só cobrir o caso quando se tiver certeza que de o fato é mesmo relevante. O motivo para tanto

⁷ Espécie de cronograma com a previsão das matérias que serão produzidas no decorrer do dia, especificando os horários e os integrantes das equipes de reportagem que terão de cumprir cada pauta.

zelo, de acordo com a jornalista, é que alguns protestos são preparados em função da televisão e a simples presença das câmeras poderia incentivar o protesto ou ampliar os danos causados por esse tipo de ação.

Neste caso, a jornalista operou aqui o critério de protetividade. De acordo com Wolf (1988. p. 191), esse é um dos critérios relativos ao público e consiste na “não noticiabilidade de fatos ou pormenores de acontecimentos cuja cobertura informativa (se presume) provocaria traumas ou ansiedade no público ou feriria a sua sensibilidade ou os seus gostos”. Um exemplo da aplicação dos “critérios de protetividade” é a proibição explícita que a Rede Globo impõe ao departamento de jornalismo de suas emissoras e afiliadas quanto à divulgação de casos de suicídio. Casos desse tipo, conforme determina a linha editorial da Rede Globo, jamais deveriam ser noticiados para não incentivar que pessoas com tendência suicida cometam o ato para aparecer na televisão ou então causar comoção pública. A única exceção é quando o suicídio é cometido por uma autoridade importante ou por uma personalidade conhecida, mesmo assim a abordagem deve, em tese, ser extremamente cuidadosa. Outro exemplo é a recomendação para se evitar a divulgação de valores em grandes assaltos. De acordo com a orientação da Rede Globo, os valores devem ser suprimidos para não incentivar o crime, mas em casos de grande repercussão acabam sendo divulgados ao se operar com os critérios relativos à concorrência, evitando-se a sensação de que a não divulgação dos valores seria provocada por um “furo”⁸ da concorrência. Imagens de sangue, corpos mutilados ou situações extremamente chocantes devem ser evitadas para não causar mal-estar no público espectador. O mesmo ocorre com relação à divulgação dos nomes de facções criminosas, a exemplo do Comando Vermelho (CV) no Rio de Janeiro e do Primeiro Comando da Capital (PCC), vetada pela Rede Globo e suas afiliadas.

No caso específico da cobertura do protesto em João Pessoa, a editora do *JPB 1ª Edição* acionou o critério de protetividade acreditando que a exibição da reportagem poderia incentivar a ocorrência de novos “distúrbios”. Entretanto, a situação muda quando chega aos ouvidos da chefia de redação a informação de que um protesto do MST, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, estava acontecendo em frente à Assembleia Legislativa da Paraíba. O jornalista, que ocupa uma posição de comando hierarquicamente superior à exercida pela editora de texto, automaticamente pergunta se já tem equipe de reportagem da emissora acompanhando o caso e questiona porque o VT não está sendo produzido. O pedido é em tom de urgência e se transforma rapidamente em ordem: “vamos fazer, tem que ter alguém lá!

⁸ Furo: no jargão jornalístico designa a informação publicada em primeira mão.

Pode até render rede”. Com isso a produção se vê obrigada a deslocar mais uma vez as equipes e derrubar um VT que estava na capa de pauta e assim poder cobrir mais esse protesto.

Se compararmos a reação e as decisões da produção nos dois casos de protesto ocorridos nesta mesma manhã, percebe-se que no caso da manifestação dos funcionários de empresas de ônibus falou mais alto a possibilidade de transtornos no trânsito e no cotidiano dos usuários, fazendo com que a produção se apressasse em deslocar equipes para o local. Entretanto, no segundo caso houve duas posturas distintas. Uma primeira, mais cautelosa, onde um possível uso da TV para a propagação de uma causa política inibiria a cobertura do evento. Contudo, outro ponto de vista considerou o fato de o protesto está sendo realizado no centro do poder político do Estado e em um lugar de grande movimentação. Afinal, tratava-se da praça onde estão sediados os três poderes no estado, o Palácio da Redenção, sede do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa e a sede do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ-PB).

Além disso, o fato estava sendo promovido por um movimento social de grande visibilidade nacional, o que poderia provocar o interesse dos editores dos telejornais de rede. Para a chefia de redação, os transtornos e a importância do lugar e dos envolvidos justificariam por si só a cobertura do evento. Diante disso, um VT sobre a poluição no rio Jaguaribe, um dos principais da capital do estado, foi derrubado para deslocar a equipe até o protesto na praça dos três poderes. Já próximo das 11 horas da manhã, a coordenação de produção coordena as equipes e as reorganiza para maximizar racionalmente os resultados do trabalho. Vale lembrar que o próximo telejornal, o *JPB 1ª Edição* (objeto de estudo desta pesquisa) entra no ar ao meio-dia. Uma repórter chegou à redação, mas como ainda tinha que fechar o texto para a matéria entrar no ar neste horário, a produção decide mandar para o local a equipe sem repórter, apenas com o cinegrafista para flagrar e registrar o que estivesse acontecendo.

Em seguida, outro repórter chega e é encaminhado ao local. Agora são duas câmeras e um repórter no caso do MST. Como o jornal está prestes a entrar no ar, os editores pedem ao repórter que faça um *stand-up*⁹ no local. A ideia era exibir o boletim com as imagens feitas anteriormente pelos cinegrafistas. Por telefone, a coordenadora de produção checa o material com o cinegrafista que relata não ter sido possível gravar imagens da ação dos integrantes do

⁹*Stand-up*: Estilo de apresentação das notícias no telejornalismo, usado predominantemente em *flashes* e boletins. Caracteriza-se pela forma de participação do repórter, que neste caso aparece em primeiro plano e permanece na tela durante todo o tempo de transmissão do boletim, geralmente produzido no local do acontecimento. Pode ser gravado ou “ao vivo”. É um recurso usado geralmente quando não se tem imagens ou sonoras suficientes para uma reportagem completa ou quando não há como editar o material a tempo para cumprir os prazos de fechamento do telejornal, já que o *stand-up* já chega à redação no formato de exibição.

MST, apenas dos danos provocados. O flagrante foi perdido. A matéria completa sobre o protesto será então exibida apenas no telejornal noturno, o *JPB 2ª Edição*, exibido diariamente por volta das 19h10.

Percebe-se neste caso que a oscilação entre a espera cautelosa e a urgência da cobertura provocou alterações na forma como o caso foi abordado. Essa diferença de perspectiva não foi causada, como diriam alguns jornalistas, por questões de intuição ou “faro jornalístico”. Tratava-se, na verdade, da adoção de critérios distintos escolhidos sobre pontos de vista opostos de cada um dos “operadores da notícia” envolvidos na cobertura.

As ONG's como Definidores Primários: A “ruptura” pré-agendada

Mas há casos em que o contexto do fato provoca na comunidade jornalística uma situação de consenso. Uma situação de unanimidade pôde ser percebida no dia seguinte, dez de março. O alvo dos manifestantes era o arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Pagotto. ONGs, sindicatos e grupos de defesa aos direitos humanos protestaram contra as então recentes decisões e declarações do líder católico, consideradas preconceituosas por alguns movimentos sociais. Neste caso, outros critérios foram operados pelos jornalistas, como atualidade, abrangência, importância, notoriedade e concorrência. Sim, o critério de concorrência também estava presente, pois a expectativa era que todos os órgãos de imprensa da cidade estariam presentes. Neste jogo de espelhos, tal qual descreve Bourdieu (1997), exerce-se uma pressão interna no campo jornalístico, proporcionando nos jornalistas a percepção automática da relevância do fato simplesmente por já estar sendo acompanhado pela imprensa local. Cientes disso, os promotores da manifestação assumiram a função de “definidores primários” e articularam com antecedência a divulgação do protesto com a imprensa. A “ruptura” da ordem cotidiana estava programada e com data e horário agendados com a imprensa.

Ação de despecho: a cobertura de um protesto não planejado

Na quarta-feira, dia 11 de março, outra manifestação popular foi acompanhada pelas equipes de reportagem. Mas dessa vez, a origem do fato era distinta. Não se tratava de uma manifestação planejada, mas a reação a uma decisão judicial. Logo no início da manhã, a redação da TV Cabo Branco recebeu a informação de que a Polícia Militar estava realizando uma operação para cumprir o mandado de reintegração de posse de um galpão pertencente a CBTU, Companhia Brasileira de Trens Urbanos. O galpão da empresa federal fica localizado

no centro histórico de João Pessoa, nas proximidades do acesso ao Terminal de Integração e da avenida que dá acesso à BR-230, uma das principais vias de acesso ao município.

Uma das editoras que recebeu a ligação informou aos companheiros de redação: “Expulsaram o povo e colocaram na praça”. Vários moradores estavam precariamente alojados na Praça Antenor Navarro, ponto conhecido pela realização de eventos culturais e localizado em uma área protegida pelo Instituto do Patrimônio Histórico da Paraíba (Iphaep). Para os jornalistas, a simples imagem das famílias “acampando” no local, além da cena dos confrontos com a polícia, já justificavam a cobertura. Mais do que isso. No dia em que nenhuma ocorrência policial de destaque foi detectada pela equipe da redação na cidade de João Pessoa, o caso da expulsão das famílias que estavam abrigadas no galpão da CBTU foi a notícia do dia, abrindo a edição do telejornal como o fato mais impactante.

A presença da TV estimula a ocorrência de novos protestos?

Já em Campina Grande, a cobertura de protestos estava se tornando ainda mais constante. E os jornalistas percebiam isso, o que provocava questionamentos internos sobre até que ponto a presença da imprensa não estaria estimulando esse tipo de ação ou, por outro, se esta não seria uma forma do jornalismo dar espaço aos “movimentos populares”. A discussão é controversa, mas pertinente. Vejamos os exemplos empíricos:

No dia 23 de março, uma das editoras de texto da TV Paraíba recebe a ligação de que estaria acontecendo um protesto no distrito de São José da Mata, na zona rural. A informação era que alunos da rede estadual de ensino tinham interditado a estrada que dá acesso ao local para reclamar sobre a falta de professores. A reportagem foi feita e os estudantes e diretores da escola ouvidos pelos repórteres. Ao verem as imagens, jornalistas comentam que para alguns estudantes o protesto parecia uma “festa” e a presença da câmera acentuava esta sensação. Muitos estudantes foram entrevistados, mas os editores colocaram no ar apenas duas sonoras. A maioria das falas dos estudantes demonstrava que alguns deles nem sabiam direito o motivo da manifestação e nem quem teria dado início à mobilização.

Por volta das 11h da manhã, o editor responsável pela finalização da matéria pede à equipe de produção que ligue para a assessoria de imprensa do Governo do Estado para saber se eles já estão sabendo do protesto e se há uma resposta oficial. O editor pondera a necessidade de uma nota-pé¹⁰: “Se bem que tem a fala da diretora, mas eles (os alunos) falam

¹⁰ Nota-pé: nota sem imagens inserida logo após a exibição de uma matéria, complementando-a.

que a culpa é do governador por ele ter entrado”. Decide-se manter a cautela e buscar a versão oficial do governo que será repassada em nota-pé. Por tratar de um tema localizado em Campina Grande, a reportagem não é exibida no bloco estadual. Mas de toda forma os manifestantes conseguiram obter espaço de visibilidade para tratar de um tema que poderia até ser considerado comum e corriqueiro para o campo jornalístico, mas que ganhou relevância ao se relacionar o problema já existente com um fato de ruptura abrupta.

Às 11h40, a repórter que realizou a cobertura do protesto dos estudantes vê no monitor o início do texto de outro repórter e percebe que o assunto também era um protesto. Das três equipes de reportagem que fazem a cobertura da região de Campina Grande, duas estavam simultaneamente cobrindo ocorrências de protestos. Este segundo caso só foi exibido no *JPB 2ª Edição* e se referia a manifestação de populares contra um homem que estava sendo acusado de crimes de pedofilia em uma pequena cidade do interior. Ainda sem saber o tema central da matéria e percebendo apenas que se tratava de mais um protesto, a repórter alerta: “Enquanto a gente der cabimento, não vai mais parar de ter protesto. Eles fazem só pra TV ir. Quando a gente saiu eles pararam tudo, a TV Itararé chegou tarde e não pegou mais nada”¹¹.

O que a repórter relatava é que percebeu que toda a movimentação tinha sido preparada para atrair a imprensa. Após a gravação das imagens, toda a movimentação passou a ser desarticulada pelos próprios manifestantes sem a necessidade de intervenção da polícia. O palco do protesto não era apenas a praça pública, já que na verdade a ação dos manifestantes estava direcionada para câmera. A interrupção do trânsito de fato prejudicaria alguns poucos motoristas da região, já que se tratava de uma área de zona rural. Mas esse pequeno transtorno não teria, por si só, dimensão suficiente de causar preocupações ao Governo do Estado, que possivelmente nem chegasse a percebê-lo. Apenas ao tomar amplitude social, por meio da exibição midiática, as reivindicações teriam alguma possibilidade de serem ouvidas.

Ao retornar à redação, a repórter relata que viu a chegada da equipe de reportagem de uma emissora concorrente, que conseguiu fazer a matéria e a exibiu no mesmo dia, apesar da impressão da repórter da TV Paraíba de que a concorrente “chegou tarde e não pegou mais nada”. Apesar de não ser possível afirmar com certeza, não é difícil imaginar que pelo menos parte da movimentação foi retomada com a presença de uma nova câmera.

Assim como consideram Vizeu, Porcello e Mota (2006), o telejornalismo insere-se e formata-se em um novo espaço da “praça pública”, ou seja, o lugar de ação política e cenário da ação dos sujeitos sociais passa a ser a tela e não só a rua, a cidade. Ou como aponta Becker

¹¹ TV Itararé é uma emissora privada que retransmite o sinal da TV Cultura para Campina Grande e produz programação local de cunho jornalístico, educativo e de entretenimento.

(2006. p. 65) o telejornalismo atua como “instrumento regulador da experiência pública e privada”, mediando não apenas a construção de identidades e percepções sobre a realidade social, mas também modificando os instrumentos de ação política, já que a visibilidade passa a exercer uma função de atribuição de valor.

Já no dia 26 de março, uma quinta-feira, uma estagiária da produção exibe uma reação diferente ao relatar a possibilidade de mais um protesto: “Tomara que aconteça!”, brinca a novata na redação. Como vimos anteriormente, este tipo de reação é recorrente quando se considera que um fato pode ser potencialmente produtivo enquanto notícia, mesmo que negativo em si. Uma das editoras mais uma vez alerta: “a gente tem de tomar cuidado com esses protestos, a gente está fazendo demais!”. A estagiária diz ter recebido a orientação de cobrir esse tipo de evento, “mas focando os danos causados e não no protesto em si”.

É interessante observar que os critérios de noticiabilidade são de fato relativos, entretanto a palavra da chefia sempre é usada pela equipe como fio condutor e mais do que isso, como critério de “desempate”, definição. Produtores e editores discutem intensamente a abordagem das pautas e se estas rendem matéria ou não, mas a hierarquia define o que é notícia e qual a melhor abordagem, sem sofrer maiores questionamentos. Mesmo quando os jornalistas não concordam com a decisão, expressam essa opinião, mas seguem o que lhes foi pedido. Em casos como estes, são orientados a consultar a chefia que deverá se responsabilizar por ponderar e decidir de acordo com a linha editorial da emissora.

Mas as divergências de opiniões são expressas nas relações entre os jornalistas na redação, que neste dia continuaram a discutir os impactos deste tipo de cobertura. Os argumentos são indicativos interessantes das inquietações vividas pelos “operadores da notícia” ao realizarem escolhas, além de tornar mais claras os valores e posições ideológicas que as fundamentam. Pouco tempo depois, na passagem entre uma pauta e outra, um repórter entrega à equipe de produção um panfleto que ele recebeu na rua informando sobre a realização de mais um protesto que já tem data definida e local marcado: seria na manhã do dia seguinte, na BR-230, estrada que liga Campina Grande à capital João Pessoa, as duas principais cidades do estado. Enquanto isso, a jovem estagiária volta a defender a cobertura incessante deste tipo de caso, argumentando que “o povo está cansado dos problemas e que tem mesmo que protestar”. A preocupação seria mesmo com os problemas ou com a pauta?

A tela como praça pública e a lógica de Timissoara

O comportamento de promover ações públicas com o objetivo de ocupar a cena na arena midiática pode ser relacionado ao que podemos chamar de “lógica de Timissoara”, aqui classificada como tipo de ruptura específica promovida por agentes sociais que não possuem a legitimidade dos “definidores primários”, mas que percebem e entendem a lógica do campo jornalístico e usam essa percepção para provocar manifestações passíveis de cobertura e muitas vezes criadas apenas para as câmeras de televisão.

Recorremos à comparação com o caso extremo da Revolução da Romênia em 1989, quando ficou evidente que a presença das câmeras alterou não apenas o transcorrer dos fatos, mas transformou a ação dos agentes sociais em performance. Os romenos tomaram as ruas de Bucareste e Timisoara não para promover a revolução no espaço público, mas para torná-la acontecimento midiático diante das câmeras de TV. Trata-se aqui da televisão substituindo o espaço de atuação de uma sociedade por meio da imagem e da informação. Isso ocorre devido a característica de auto referência da TV, onde a informação veiculada pela imagem se sobrepõe ao acontecimento. (BAUDRILLARD, 1997).

Não se trata aqui de elevar as manifestações públicas de pequeno porte ocorridas regionalmente ao patamar de “simulação” tal qual propunha Baudrillard sobre os efeitos da presença da televisão. Entretanto, ao adotarmos uma perspectiva fenomenológica que ressalta a intersubjetividade no processo de produção de notícias, interessa-nos demonstrar as intencionalidades dos sujeitos envolvidos, inclusive às fontes de informação ou que se apresentam como “protagonistas” dos fatos midiáticos por meio da performance diante das câmeras e dos “olhos” da imprensa. O que nos interessa aqui não é o ponto de vista adotado por Baudrillard, mas a comparação traçada por ele ao considerar que assim como na antropologia a presença do etnólogo interfere o comportamento dos sujeitos da cultura que pretende compreender, a TV também interfere na realidade que busca mostrar ao direcionar suas lentes para determinado fato social. Mas essa influência ocorre de maneira distinta. Ao se inserir em uma sociedade, a televisão “se torna o espaço estratégico do acontecimento” (op. cit. p. 148).

Considerações Finais

Os critérios de noticiabilidade adotados pelos jornalistas no processo de seleção e construção das notícias possuem uma característica geral de enfatizar situações ou contextos de ruptura da normalidade ou da rotina cotidiana. Trata-se de uma ênfase ao que é dramático, trágico, bizarro ou pitoresco, ou que simplesmente causa distúrbio ou prejuízo. A adoção deste sistema de relevâncias faz com que as escolhas adotadas pelos jornalistas sejam até certo ponto previsíveis. A atuação dos definidores primários, por exemplo, se baseia nesta previsibilidade. Obviamente, a função da adoção dos valores-notícia é rotinizar o trabalho jornalístico e garantir a produção constante de material noticioso por meio do planejamento de uma estrutura contínua de captação e processamento de fatos noticiáveis. Entretanto, a fórmula pela qual o jornalismo ritualiza sua forma de atuação também permite a outros grupos sociais, alheios ao campo jornalístico, manipular seu modo de atuação de modo a se encaixar nos padrões de visibilidade midiáticos.

O modo de atuação dos organizadores dos protestos discutidos neste artigo mostra como estas manifestações são construídas de tal modo a atrair a presença da mídia, mesmo que para isso seja necessário causar danos ou prejuízos coletivos, tal qual a interrupção do trânsito, por exemplo, ou com a suspensão de algum serviço público. Diante deste contexto, torna-se necessário estimular o debate ético sobre este tipo de relação estabelecida entre jornalistas e movimentos sociais, buscando um ponto de equilíbrio entre a necessidade de se garantir a pluralidade de ideias em debate no jogo democrático, sem com isso promover o estímulo a situações de distúrbio e comoção criadas apenas com o intuito de promover uma performance midiática.

Quanto à produção de notícias, fica evidente que a definição dos valores-notícia se dá em um processo de constante negociação, ou seja, a adoção de cada critério de noticiabilidade é relativa a um contexto específico, a um fato socioculturalmente determinado, além de uma série de aspectos subjetivos que influenciam este processo, apesar da tentativa constante de objetivá-lo por meio da “rotinização”. Considerar o jornalismo como um campo de negociações é um dos eixos centrais das abordagens *etno-construcionistas* sobre as notícias. Traquina (2005. p. 184) destaca que “esta teoria encara o processo de produção de notícias como um processo interativo, onde diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante”. Tais negociações ocorrem em vários sentidos. Sejam entre jornalistas e fontes, jornalistas e público, mas também entre os próprios jornalistas envolvidos na construção das abordagens.

Foi possível observar que os jornalistas envolvidos costumam apresentar questionamentos e opiniões divergentes durante as interações cotidianas no espaço de trabalho. E isso ocorre não apenas nas reuniões de pauta. Por exemplo, os produtores geralmente discutem com a equipe de reportagem para encontrar e definir a melhor forma de se realizar uma reportagem. Percebe-se desse modo que são negociações contínuas e integradas. Editores, repórteres, produtores e cinegrafistas estão em constante interação em um processo que envolve tensões e discordâncias. A coesão apresentada pelo produto final, o telejornal, ao ser veiculado esconde as contradições internas do processo de produção, apagando as marcas dos sujeitos que o construíram. Por outro lado, o estabelecimento desta trama de interações reforça a noção de que a produção de notícias se configura como um processo intrinsecamente intersubjetivo, ou seja, construído no encontro e na relação entre os sujeitos e suas diversas formas de percepção e concepções de mundo. No caso do espaço das redações, esta relação é mediada pelas regras internas do campo jornalístico e pelas pressões e estímulos provenientes da estrutura organizacional das empresas jornalísticas.

Referências

- BAUDRILLARD, J. *Televisão/Revolução: O Caso Romênia*. In: PARENTE, A. (org). **Imagem máquina: a era das novas tecnologias do virtual**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- BECKER, B. 500 anos do descobrimento nos noticiários da TV. In: VIZEU, A. PORCELLO, F. MOTA, C. (orgs.). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006.
- BOURDIEU, P. **Sobre Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- CURADO, O. **A Notícia na TV**. São Paulo: Alegro, 2002.
- NEVEU, É. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- TRAVANCAS, I. **O Mundo dos Jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.
- VIZEU, A; CORREIA, J. A Construção do Real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, A. (Org.) **A Sociedade do Telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. **O Lado Oculto do Telejornalismo**. Florianópolis, SC: Calandra, 2005.
- _____. O newsmaking e o trabalho de campo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. (orgs.) **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- VIZEU, A. PORCELLO, F. MOTA, C. (orgs.). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006.
- WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.